



CINECLUBE E INCLUSÃO: RELATOS DE EDUCADORES DE CÁCERES – MT

CINECLUBE AND INCLUSION: STORIES OF EDUCATORS OF CÁCERES – MT

JESUS, Naine Terena de
MALDONADO, Maritza

Resumo: Este artigo apresenta relatos de professores da rede de ensino de Cáceres – MT acerca da presença de alunos com deficiências nas escolas regulares deste município. Os relatos fazem parte de um conjunto de falas realizadas durante os bate papos do Projeto “Cinema, Infâncias e Diferença: problematizando a educação, o cotidiano da escola e o currículo”, realizado pelo Grupo de Pesquisa Ateliê de Imagem e Educação da Unemat/Cáceres. Neste artigo percorro um caminho que entrelaça as narrativas desses educadores com teorias e a Legislação pertinente a temática educação inclusiva, para que tenhamos um olhar aos sinais que os relatos nos apresentam sobre as práticas existentes na rede de ensino cacerense e suas fragilidades.

Palavras-chaves: Inclusão. Escolas regulares. Outro. Professores.

Abstract: This article presents stories of professors of the net of education of Cáceres – TM concerning the presence of pupils with deficiencies in the regular schools of this city. The stories are part of a set of speak carried through during beat to papos of the Project “Cinema, Infancies and Difference to them: problematizing the education, daily of the school and the resume”, carried through for the Group of Research Ateliê de Imagem and Education of the Unemat/Cáceres. In this article I cover a way that interlaces the narratives of these educators with theories and the pertinent legislation the thematic inclusive education, so that let us have a look to the signals that the stories in present them on practical existing in the net of cacerense education and its fragilities.

Keywords: Inclusion. Regular Schools. Another One. Teachers.

1. Introdução

Cáceres é um município situado no interior do estado de Mato Grosso (MT). Segundo dados do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), possui uma população de 87.942 habitantes. Ainda de acordo com o IBGE, o município possui 45 escolas que atendem a pré-escola, 53 para o nível fundamental e dezoito para atendimento no nível médio. Em se tratando de docentes atuando no município, o Instituto apresenta cerca de 449 na pré-escola, 865 no ensino fundamental e 120 no ensino médio.

Este é o cenário onde se desenvolve o Projeto “Cinema, Infâncias e Diferença: problematizando a educação, o cotidiano da escola e o currículo”, realizado pelo Grupo Ateliê de Imagem e Educação (AIE), pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da



Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), localizado no Campus Jane Vanini, município de Cáceres – MT.

O projeto atende em média sessenta professores da rede de ensino do município desde o ano de 2015 e é a partir das projeções que temas como gênero, deficiências e infâncias foram problematizados pelos participantes até o começo de 2017. As sessões do Cineclube acontecem às terças-feiras, na Câmara municipal de Vereadores, sendo gravadas e posteriormente transcritas.

A partir dessas transcrições é que construímos este artigo, utilizando duas sessões nas quais a inclusão foi temática dos filmes projetados, e almeja-se que ao apresentar os relatos dos professores possamos problematizar os anseios e experiências (existente ou não entre eles) com práticas inclusivas. As duas sessões escolhidas foram dos filmes “Como Estrelas na Terra” e “A Menina no País das Maravilhas”. Neste dia tivemos a presença de cerca de quarenta educadores que contribuíram com a dinâmica estabelecida para os Cineclubes: após a projeção, acontece uma pequena introdução por um membro do AIE acerca do filme, sua temática e produção. Posteriormente, o microfone é repassado para os professores participantes, para que façam suas observações sobre o filme e as impressões, memórias e indagações que lhes foram despertadas. E, a seguir, serão apresentados os relatos de algumas docentes, que, no intuito de preservar suas identidades, serão identificadas como Professora 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

2. Práticas Inclusivas? Relatos de Professores em Cáceres – MT

O Plano Municipal de Educação do Município de Cáceres, elaborado para ter vigência de 2015 a 2025, traz em seu corpo, um item dedicado à educação especial. É o tópico Programa Escola Acessível, cujo objetivo é promover a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares do município (CÁCERES, 2015).

De acordo com o documento, fica assegurado a esses alunos o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, contando com acessibilidade ao ambiente físico com a adequação do espaço arquitetônico e o funcionamento de salas de recursos multifuncionais.

A proposta do documento atende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº. 9.394/96, em seu artigo 58, que dispõe sobre a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar e que seja oferecida na rede regular de ensino. A LDBEN



alvitra que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação frequentem as escolas regulares com atendimento educacional especializado de acordo com suas necessidades. Também, versam da educação especial a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), entre outros documentos que se relacionam a esta temática, e, ainda, um grupo de trabalho (Portaria nº. 555/2007), do Ministério da Educação (MEC), cujo foco principal é o acompanhamento para que se assegure a inclusão escolar os alunos especiais (BRASIL, 2008).

Dentre as necessidades para se receber os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), está a formação de professores e do corpo técnico das escolas. Durante as sessões do Cineclube, esta formação e práticas no cotidiano escolar, parecem ser um anseio dos educadores, como se pode observar no relato abaixo:

[...] na maioria das vezes, as crianças já vêm rotuladas, a criança bagunceira, a criança que não tem comportamento, que não sabe permanecer quieta na carteira. Então, assim, é uma série de problemas e aí junta mais esse problema agravante que, assim, eu nunca tinha ouvido e nem visto falar sobre essa síndrome. Então, assim, fica parecendo que é uma criança, que realmente ela não tem controle. E aí é aquela angústia que a mãe passa, às vezes, e na maioria das vezes, fica pra nós professores em sala e aí eu não sei se é sobrecarga, falta de conhecimento, a gente termina por rotular essa criança pra alguém e aí você só vai afastando essa criança e aí como você não tem como trabalhar junto a medicina, pra estar fazendo essa vistoria na escola, porque a direção se ela teria que estar indicando pra gente pra ir ajudar essa criança. Vamos supor, assim, que a criança já vem rotulada e, assim, pra fazer esse descobrimento na criança, assim, isso leva um ano. Eu acho pra um professor, vamos supor, na minha área, que eu sou geografia, é duas vezes por semana ou uma vez... Então, eu vejo assim que nós vamos ter um pouco de dificuldade... Aí até no relatório já vem desse jeito falando que ela é, que ela pula a janela, que ela quebra o ventilador, faz isso, e aí? Caso não vem no relatório assim... a gente já... Eu vou falar pra você, eu não sei. Não sei como que eu iria agir, não sei. Igual o aluno que nós tínhamos na Criança Cidadã, quando ele não aprendia, ele caía no chão e se debatia... não entendeu, mas não é assim que você vai expressar que você não entendeu. Aí chegou no outro ano ele melhorou... Eu acho que... a questão do filme é uma coisa bastante relevante nas escolas, principalmente, na minha. E, assim, uma das coisas que eu já venho descobrindo é a questão da inclusão das crianças, dessas crianças... a gente tem percebido, assim, na minha percepção o seguinte, a dificuldade da gente lidar com vários tipos de deficiência que são apresentadas na escola, a falta do nosso preparo como professor pra gente poder perceber que tipo de deficiência que está sendo apresentada e que a gente coloca como uma falta de disciplinamento. Como foi apresentado no filme, né? Que era visto, pela família e pelos professores não preparados, como uma forma de disciplinamento, que a criança não aprendia porque ela não queria [...]. (Professora 1).



Este relato foi coletado no dia 17 de janeiro de 2017, durante a projeção do filme *Como Estrelas na terra*. O filme de origem indiana conta a história de uma criança disléxica e as dificuldades para ser compreendido tanto pela família, como no contexto escolar. A extensão do relato nos permite verificar o quanto os professores sentem a necessidade de se expressar sobre a temática e necessitam de oportunidades e espaços coletivos para realizar tal ação.

Diante dessa primeira observação, faz-se necessário comentar sobre este espaço criado pelo AIE e sobre a importância do filme como intercessor para fomentar o debate acerca do reconhecimento das limitações do professor quando se trata dos alunos especiais.

O Projeto “Cinema, Infâncias e Diferença: problematizando a educação, o cotidiano da escola e o currículo”, tem a intenção de propor que cada educador realize relatos, troque experiências e problematize as concepções de infâncias. A partir da leitura de diferentes autores, o grupo de pesquisa Ateliê de Imagem e Educação (AIE – Unemat), atua na perspectiva de forçar o pensamento a pensar, propondo que os filmes movimentem a concepção dos educadores sobre as temáticas que as projeções oferecem como potências de pensamento. Deleuze¹ (1990) salienta que existem diferentes intercessores capazes de forçar o pensamento a pensar e para este autor, o cinema tem essa capacidade.

Ainda nesta perspectiva, o grupo atua na expectativa de se ter as oportunidades de se romper com os “clichês”, focando o pensamento Deleuziano, de que o clichê representa a forma como percebemos a coisa a partir de “nossos interesses econômicos, nossas crenças ideológicas, nossas exigências psicológicas” (BERGSON apud DELEUZE, 1990, p. 51). E, Guéron (2011, p. 14) frisa que o clichê é “uma espécie de imagem-lei, de imagem-moral, que age como um mecanismo padronizador e determinador de valor”.

Esta pontuação acerca da ação desenvolvida pelo AIE e suas referências que levam o filme a se tornar um intercessor, nos servem como chaves para se observar o relato da Professora 1, quando a mesma salienta a importância do filme para se pensar a escola em que atua, quando a mesma cita que “a questão do filme é uma coisa bastante relevante nas escolas”, principalmente, na escola em que atua. Sua fala frisa que o intercessor conseguiu alcançar seus pensamentos e a ajuda a repensar os “clichês” formados no dia a dia da escola, tachando crianças como problemáticas e bagunceiras.

¹ Deleuze é uma das principais referências que orientam a produção do grupo.

As falas abaixo representam também, como os filmes projetados potencializaram o pensamento dos educadores com relação a educação inclusiva e o cotidiano nas escolas de Cáceres.

Bom, gente... Já é a sexta vez que eu assisto a esse filme! Primeira vez assisti na UNEMAT, ai depois assisti em casa mesmo. Sempre quando dá vontade eu coloco ele e vou assistir. Quando eu trabalho com aluno especial na Universidade... Porque nem os professores da Universidade estão preparados para trabalhar com esse aluno e também sobre a inclusão... eu tô querendo fazer... me aprofundar mais nessa área porque eu gosto muito, entendeu? Então, eu amo esse filme e vou assistir ele novamente!

Professor. Tem muita coisa que esse filme mostra que tá na nossa realidade e, às vezes, eu fico me questionando: o que pode mudar isso? (Professora 2).

Boa noite! Assim, o que eu percebi no filme, demorei um pouco para perceber o problema da menina. Essa síndrome ela pode aflorar vários tiques na criança. Eu assisti um outro filme chamado o primeiro da classe, onde ele emitia sons, ele começava a ficar nervoso e fazia... mexia a cabeça assim... Então, essa criança era sempre penalizada em sala de aula, por chamar a atenção. Achavam que eles estavam chamando a atenção pra si e o da menina eu demorei um pouco pra descobrir que era isso. Eu vejo como na sala de aula, às vezes, a criança passa muitos anos na mesma escola e é difícil você identificar esse problema. (Professora 3).

A relação das dificuldades em compreender as diferenças entre as crianças apresentadas no filme, reportadas ao cotidiano das escolas em Cáceres, auxiliam os professores a avaliarem sua própria atuação junto dos alunos e debater os documentos oficiais que apresentam como estratégia/necessidade para a recepção de alunos com NEE em escolas regulares. Dentre as práticas necessárias para a inclusão dos alunos com NEE estão a formação de professores e do corpo técnico das escolas, além da adequação do espaço físico e a instalação de salas de recursos multiuso. Durante o bate papo tais questões foram frisadas em vários momentos pelos participantes.

O filme como intercessor, fez com que os educadores acessassem suas memórias profissionais e reavaliassem as atitudes diante de alunos que até então foram vistos como problemáticos, mas que na realidade poderiam apresentar alguma necessidade especial.

Os relatos coletados durante o Cineclubes apontam constantemente que a formação dos professores é um item que deixa a desejar. Em sua narrativa, a Professora 3 deixa transparecer a dificuldade que os educadores tem em seu dia a dia:

[...] Outros são mais fáceis, hiperatividade é mais fácil, mas essa síndrome é bem mais difícil de você detectar numa criança. Às vezes, a criança passa toda a infância, a adolescência e ninguém descobre que ela tem isso ai, leva

no psicólogo, tanto é que eu só vim saber dessa doença, quando eu assisti a esse filme. Eu fiz um curso e vi esse filme [...] eu nunca tinha ouvido falar e acho que a maioria aqui também e ainda mais saber o que ela causa na criança e quando, igual ele falou, já diagnosticaram, você já sabe do problema, por mais que você nunca ouviu falar, sendo um orientador, um professor na sala de aula, você vai estudar a respeito, procurar a saber o que é, qual o comportamento e o que o docente deve fazer mediante a esse problema. Aí fica menos difícil, né? (Professora 3).

O relato da Professora 3 relaciona-se ao filme *A menina no País das Maravilhas*, que aborda a Síndrome de Touret. O filme foi projetado no 8º encontro, realizando dia 31 de janeiro de 2017. Percebe-se neste caso que o filme coloca o professor para reavaliar as posturas assumidas na escola e na sala de aula, levando-os a pensar no julgamento precoce do aluno pelo seu comportamento. Ao ver o aluno como um ser indisciplinado, fato que parece acontecer sempre a primeira vista, coloca em questão a forte presença dos estereótipos e também, como a sociedade visualiza as crianças que apresentam necessidades especiais dentro da sociedade: inferiorizados e incapacitados, a ponto dos educadores não se sentirem aptos a lidar com eles.

Isso acontece por que estamos numa sociedade “baseada na lógica da homogeneidade e em normas de rentabilidade e eficácia, que tendem facilmente a marginalizar e a segregar quem não acompanha as exigências e os ritmos sofisticados” (FONSECA, 1995, p. 44).

Skliar (1999) problematiza a questão da inclusão ressaltando que existe um anseio em definir os sujeitos com alguma deficiência como pessoas incompletas. Isso por que vivemos em um modelo econômico-político que propaga a ideia de humanidade homogênea e quem não compõe este universo, apresenta-se sempre limitado. O autor defende ainda que:

Os outros deficientes constituem um grupo particular de excluídos, porém isso não deve significar que essa exclusão seja subordinada e/ou inferiorizada e/ou desatendida em relação a outras exclusões, como de fato acontece com frequência. Negar uma abordagem social, política, histórica e cultural neste território constitui o primeiro nível de discriminação, o mais sutil, sobre o qual depois se tramam todas as demais exclusões de cidadania, lingüística, comunitária, etc. (SKLIAR, 1999, p. 18).

Narrando a presença dessas crianças em escolas regulares, Skliar (1999) cita que é cada vez mais frequente a ideia da inclusão da “alteridade deficiente” na escola regular. O autor ressalta o discurso empregado nos documentos oficiais sobre a educação inclusiva, ao mesmo tempo em que não se almeja ouvir análises e críticas para esse sistema.

Através dos documentos oficiais, o discurso da escola inclusiva parece operar, pelo menos, em dois níveis diferenciados: por um lado, um nível supostamente progressista, a partir do qual se denunciam as formas terríveis e temíveis de discriminação e exclusão das escolas especiais; descrevem-se as práticas pedagógicas absurdas – ao menos agora assim consideradas –; menciona-se o direito dos sujeitos deficientes de assistir às aulas nas escolas públicas junto com as demais crianças; fala-se da obrigação da escola pública de aceitar, conter e trabalhar com a diversidade, etc. Porém, por outro lado, parece surgir um nível totalitário, através do qual continua reproduzindo-se o contínuo de sujeitos deficientes sem deixar espaço para uma análise diferenciada dos processos e dos efeitos de tais práticas para/sobre cada um deles; todo e qualquer argumento crítico – inclusive dos que se originam dentro das comunidades interessadas, de pais, de professores, dos próprios sujeitos deficientes – é rapidamente censurado, considerado politicamente incorreto, interpretado como segregacionista e como estando a favor da formação de guetos, etc. (SKLIAR, 1999, p. 25).

Tais ponderações abarcam os questionamentos apresentados pelas três professoras citadas, anteriormente, neste artigo: a falta de conhecimento para a realização de atividades com esses alunos os colocam quase sempre em situação de exclusão na unidade escolar, mesmo estando em sala de aula. Também se percebe a inadequação da infraestrutura, dentre outros tópicos, que quase sempre, acabam por serem suprimidas nas conversas com órgãos oficiais, não encontrando espaço para opiniões e sugestões de melhorias, ficando apenas o poder público no papel de “cumpridor” das obrigações e propostas dos documentos oficiais de receber os alunos em suas turmas regulares.

Essa preocupação em apenas cumprir as normas estabelecidas marca o papel da escola de cumprir metas e estabelecer números aceitáveis de presença e aprendizado. As Professoras 4 e 5 expõe tal fato, o que transparece como os professores veem a relação eu/outro dentro de uma sociedade competitiva e que exige cada vez mais produtividade:

Boa noite! Eu vejo assim, que a gente enquanto professor, nós estamos muito preocupados em sala de aula com o cognitivo, aquilo que o aluno tem que aprender, aquilo que a gente tem que dar conta até o final do ano, porque a sociedade vem cobrar isso dele. Cobra mesmo, a gente sabe que cobra. E me parece que nas relações humanas o afetivo passa despercebido porque pra eu... eu nunca passei por uma experiência dessas em sala de aula, mas eu penso que pra eu me relacionar com uma criança, que talvez tenha alguma situação assim, primeiro as relações humanas e afetivas tem que estar em primeiro lugar...Então, eu vejo assim, que nós precisamos, nossas escolas, precisam se preocupar mais com as relações humanas, com a afetividade, pra então depois buscar aquilo que a sociedade cobra que é o cognitivo, que é o conhecimento, enfim... (Professora 4).

Todos nós devíamos nos desdobrar pra gente conquistar com maior frequência essas crianças, para mostrar para eles o caminho de que ele é capaz, de que ele é vida, de que ele é uma representação divina e que a nossa



profissão não é brincadeira. Ser professor, eu acho, que é uma das profissões mais lindas que Deus deixou no mundo... porque nem todos os profissionais estão na carreira certa. Esse professor foi divino, foi perfeito e nós deveríamos ser perfeitos, muito mais do que nós somos. Então, as crianças pra nós... que essas emoções a gente possamos levar para o dia-a-dia dos nossos anos letivos, que nós possamos religar esse filme e olhar para os nossos alunos como uma gotinha de luz que está junto de nós, que cada um de nós, que cada aluninho nosso, que seja ele de cinco aninhos ou de cinquenta. Isso é uma dádiva muito linda e desculpa pela emoção. (Professora 5).

A questão levantada pelos professores está ligada às ansiedades do mundo moderno e a não humanização do sistema de ensino. Prima-se pelo aprendizado e pela formação plena do aluno, sem se focar no ser humano. Nesse patamar, os alunos que apresentam as necessidades especiais de aprendizado, estão sempre colocados na posição de outro da sociedade.

Os relatos das Professoras 4 e 5 deixam sinais de que existe a necessidade de se humanizar a relação aluno-professor, diante de um quadro que se pensa apenas nos resultados que se deve extrair no contexto escolar – cumprir metas, apresentar números, resultados. Para romper com esse processo, Skliar (2002) propõe que se irrompa com a mesmidade, deixando de centrar o olhar em suas próprias práticas e passe a observar esses “outros”. Sobre a mesmidade o autor referencia:

É a ambição do texto da mesmidade que tenta alcançar o outro, capturar o outro, domesticar o outro, dar-lhe voz para que diga sempre o mesmo, exigir-lhe sua inclusão, negar a própria produção de sua exclusão e de sua expulsão, nomeá-lo, confeccioná-lo, dar-lhe um currículo “colorido”, oferecer-lhe um lugar vago, escolarizá-lo cada vez mais para que, cada vez mais, possa parecer-se com o mesmo, ser o mesmo. [...] Uma pedagogia que reúne, ao mesmo tempo, a hospitalidade e a hostilidade em relação ao outro. Que anuncia sua generosidade e esconde sua violência de ordem. (SKLIAR, 2002, p. 213-214).

É possível problematizar as falas dos professores, a partir do questionamento realizado por Skliar (2002): como seria nossa vida sem a presença desse outro? Como se constituem as relações com este outro e as práticas no âmbito da educação?

Em outro relato realizado durante o filme *A Menina no País das Maravilhas*, uma professora narra um caso de um aluno e as práticas realizadas para seu acompanhamento na escola:

Boa noite! Eu não sei se é essa síndrome, né? Mas esse aluno ele tinha várias manias e quando ele estava no quinto ano, ele sentava no canto da sala bem pertinho do armário e ninguém podia mexer com ele. Se a gente chamasse ele ou se os meninos mexessem com ele, ele irritava e saía mordendo e



batendo em quem aparecesse na frente e passou esse ano, no outro ano já era outra mania e ai a gente tinha que aprender a lidar com aquilo e os colegas respeitar o jeito dele. Ai a gente já sabia que tinha que entregar um livro pra ele, ai ele ficava esfoleando o livro, parece moleque não tem? O tempo todo, até a hora que ele quisesse, a hora que ele cansava de fazer assim. Olhei pra ele e pedi a tarefa. Ai a gente dava a tarefa pra ele e ele fazia. Ele terminava, ele voltava de novo a esfolear o livro. Passou esse ano ai a gente já ficava pra ver qual que era a outra mania dele. Em 2016 ele pegava arame e qualquer arame que ele achava e fazia aquele aspiral. É incrível como que ele fazia certinho o aspiral. Se alguém tomasse aquele aspiral dele pronto! Ele batia mesmo, ele machucava os colegas dele por conta do brinquedo dele. Então a gente já sabia, de repente, a gente não conseguia perceber, que se de repente pode ser até essa síndrome, mas ele toma remédio controlado pra acalmar e ai o dia que ele podia estar medicado ou não, se você pegasse o brinquedo dele ou o livro, ou tirasse ele do canto, ou o aspiral dele, ele ficava extremamente agressivo, agressivo mesmo. Um dia, os meninos tomaram o aspiral dele e ele rapou a corrente do menino assim, que quase cortou o pescoço. Arrancou, bateu, pegou um pedaço de pau e falou que ia matar porque tomou o ferrinho dele e, às vezes, ele chegava na escola, ele não encontrava, ele se machucava porque ele pegava qualquer ferro que ele achava e conseguia cortar, ele ia no dente, ai ele cortava toda a boca dele, sangrava porque ele ia no dente, não cortava com a mão ele ia com o dente, até conseguir um pedacinho de ferro pra ele fazer pra passar até chegar o... Então, essa é uma das experiências que eu acredito que é bem de encontro com o filme. Nós temos esse aluno na escola até hoje, está no 8º ano... A gente tem muito cuidado com ele. Ele não é de fugir não! O cuidado nosso é em relação a essa, eu não sei se é um tique, uma mania da gente não tirar o que está com ele naquele momento que é o passatempo dele. Então, esse é um cuidado. Então, o professor chega já tem que tomar o cuidado de conversar com a sala. Se ele tá lá no canto rodando o ferrinho dele, deixa ele lá, se você pelo menos fazer um meio de conta que vai pegar, pronto! Ai ele não atrapalha a aula, ele faz a tarefa dele com cuidado... ele faz tranquilo, mas experimenta tomar o brinquedo dele, o que ele está passando tempo. Então o cuidado nosso é esse, mas a hora que ele desce, que ele está sem nada, ele desce a escada a gente já vai atrás que ele deve estar mordendo algum ferro, e ai ele se machuca. Então, esse é o maior cuidado que nós temos com ele. Obrigada! (Professora 6).

O relato da Professora 6 se destina a apresentar a experiência com um único aluno e como o corpo docente tenta se relacionar com ele. A explanação deixa claro que os professores não tem conhecimento da deficiência do aluno, pois este não tem um laudo ou não houve uma explicação prévia de sua condição. Neste caso, os professores tentaram se utilizar das estratégias que já conheciam e apostaram na sensibilidade em se preocupar com a presença do aluno e sua segurança. Mais uma vez, temos a ideia de como a capacitação do professor é um elemento importante para a inclusão dos alunos na escola regular.

De acordo com a Legislação brasileira, o aluno com deficiência tem o direito de ser matriculado na escola pública, de preferência próximo de sua residência. A orientação aos pais, é que na hora de realizar a matrícula, esclareça que seu filho tem algum tipo de



deficiência. Porém, nem mesmo os pais em muitos casos estão esclarecidos sobre a condição do filho, ou omitem para evitar preconceitos antes mesmo do aluno adentrar a sala de aula. Um dado interessante de se apontar, é que no estado de MT, estipula-se que as salas de aula que recebam alunos com necessidades, tenham um número de vinte alunos, sendo dois alunos com deficiência. Salas que não recebam alunos com NEE devem receber 27 alunos em média.

Com relação ao município de Cáceres, Vila et al. (2014), reúnem dados representativos sobre as reais condições de inclusão desses alunos no município. Os dados levantados em 2013 apresentam como resultados a visita em 32 escolas (Rede Estadual e Rede Municipal), onde 6.250 alunos estavam matriculados em 2013 nas escolas do Município e 11.093 nas escolas do estado, totalizando 17.343 alunos matriculados na Rede Pública. Desse total, naquele ano, 225 alunos apresentavam necessidades educacionais especiais.

Os autores apresentam, ainda, informações sobre as escolas do município e a existência das salas de recursos multimídia, o que deveria garantir a inclusão e o atendimento necessário para todas as particularidades dos alunos.

Verificou-se que 60% das escolas municipais não possuem salas do AEE [...], assim como 42% das estaduais [...]. Deste modo, as que possuem, 85% dos ANEE são atendidos pelo AEE nas escolas municipais [...]e 76% nas escolas estaduais [...]. Porém, os 15% dos ANEE são atendidos em salas comuns nas escolas municipais [...] e os 24% nas escolas estaduais [...]. É interessante reiterar que algumas escolas possuem ANEE e não há salas do AEE, mas esses alunos são atendidos em outras escolas que oferecem esse tipo de atendimento. Das escolas que possuem sala do AEE somente 37% das escolas municipais possuem mobiliário adequado [...]. Já as estaduais, todas que possuem AEE têm mobiliário adequado [...] para atender as necessidades de cada aluno.

A maioria dos professores das escolas públicas de Cáceres não possui qualificação profissional adequada para atender os ANEE totalizando 56% da Rede Municipal [...] e 36% da Rede Estadual [...]. Apenas 44% dos professores municipais são aptos a atender esses alunos [...], enquanto que 64% dos professores estaduais possuem qualificação [...]. (VILA et al., 2014, p. 4).

Os dados apresentados pelos autores, principalmente os relacionados aos professores, são pertinentes quando cruzados aos relatos, pois apontam a falta de capacitação dos professores para lidar com este público. Esta falta de qualificação reforça os “clichês” e fazem com que o mundo cultural dos educadores permaneça baseado em conhecimentos superficiais e coloquem os alunos no papel de um “outro” na sociedade.



Considerações Finais

Falar de inclusão é sempre um tema que se apresenta complexo. Isso por que se faz necessário compreender a concepção de diversidade e diferenças a partir de um olhar não homogêneo e colonizador. Mesmo com os documentos oficiais e a constante discussão acerca de métodos e infraestrutura para receber alunos com necessidades educacionais especiais, falta muito para se conseguir uma educação realmente inclusiva.

Este artigo buscou levar ao leitor um pouco sobre o pensamento de alguns professores da rede de ensino do município de Cáceres no interior de MT, quando se trata da inclusão nas escolas da rede de ensino do município. Ao apresentar as falas, propusemos registrar e ampliar as problematizações e enfrentamentos diários desses educadores.

Das falas, os leitores poderão enfatizar dificuldades em comum, vivenciadas tanto por educadores em grandes cidades, como em cidades interioranas, sendo este um indício que o debate acerca da inclusão está longe de chegar ao seu final.

Diante da exposição dos relatos, o que se pode apreender é que os professores conseguem visualizar as superficialidades que afetam a formação acadêmica no que concerne ao atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais, porém, apresentam a consciência de que é preciso aperfeiçoar para que se consiga realizar um trabalho que realmente inclua tais alunos de forma que vá além do cumprimento do direito universal, mas sim, que sejam respeitados e compreendidos, cada qual em sua diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Brasília, 1988. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Lei nº. 8.069**, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**: documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação



em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC, 2008. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Decreto nº. 7.611**, de 17 de novembro de 2011: dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CÁCERES. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação do Município de Cáceres: compromisso com o futuro 2015 – 2025**: lei nº. 2.482, de 22 de junho de 2015. Cáceres, MT: SME, 2015. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Documents/PME/Caceres%20-%20PME.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

DELEUZE, Gilles. **A Imagem-Tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FONSECA, Vitor. **Educação Especial: programa de estimulação precoce: uma introdução às idéias de Feuerstein**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GUÉRON, Rodrigo. **Da Imagem ao Clichê, do Clichê à Imagem: Deleuze, cinema e pensamento**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mato Grosso, Cáceres: escolas, docentes e matricular por nível**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2XY1>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. **Resolução Normativa nº 001**, de 01 de fevereiro de 2012: fixa normas para oferta da Educação Especial na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. Cuiabá, MT: CEE, 2012. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Vigente/58%20Res.%20Normativa%20001-2012-Educ.%20Especial.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SKLIAR, Carlos. A Educação que se pergunta pelos outros: e se o outro não estivesse aqui? In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Currículos: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 196-215.

_____. A Invenção e a Exclusão da Alteridade a Partir dos Significados da normalidade. **Educação e Realidade**, v. 24, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55373>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

VILA, Rodrigo B. et. al. **Educação Especial: a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais na Rede Pública do Município de Cáceres**. **Revista Saberes**, v. 2, p. 12-22, 2014. Disponível em: <http://fapan.edu.br/media/files/2/2_121.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2017.

Artigo submetido em 2017-03-12 e publicado em 2018-05-21